

Governo define estabilização

TRÊS PONTOS DO PROGRAMA JÁ ESTÃO DECIDIDOS. E VEM AÍ UM PLANO DE COMBATE À CORRUPÇÃO NAS COMPRAS PÚBLICAS.

Pelo menos três medidas do programa de estabilização econômica já estão definidas pelo governo: um corte de US\$ 2,5 bilhões no orçamento da União deste ano; o uso de US\$ 4 bilhões para o resgate de títulos da dívida pública que vencem em 93; e o lançamento de um título lastreado pelas reservas internacionais do País. As outras medidas envolvem uma série de alternativas e ainda estão sendo estudadas, informaram ontem fontes do governo. Entre as medidas que não encontraram consenso está a proposta de utilização da variação cambial como indexador geral da economia.

O corte no orçamento de 1993, que sequer foi aprovado pelo Congresso, será necessário para compensar as vinculações feitas pelos parlamentares na receita do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). O ministro da Fazenda, Paulo Haddad, já decidiu que vai utilizar cerca de US\$ 4 bilhões no resgate dos títulos da dívida mobiliária federal que vencem este ano. Haddad pretendia utilizar 50% do dinheiro que seria arrecadado com o IPMF para resgatar a dívida mobiliária, mas como o Congresso disse não, o ministro partiu para o corte no orçamento.

O governo vai também fazer uma verdadeira renegociação da dívida mobiliária, através da troca

dos atuais papéis por outro lastreado nas reservas cambiais - existem atualmente, em poder do público, US\$ 48 bilhões em títulos federais. O processo será semelhante ao adotado na renegociação da dívida externa. O mercado trocará esses papéis de forma voluntária, na data de vencimento, por outro de prazo mais longo e que terá o atrativo de poder ser resgatado em dólar.

Outra medida se destina a atacar a inércia inflacionária, pois a equipe econômica está convencida de que não será possível derrubar a inflação sem um **tranco** nas expectativas do mercado. Mas não há consenso ainda sobre a alternativa que seria adotada. A entrevista do ministro ao jornalista Celso Ming, publicada ontem no **JT**, repercutiu favoravelmente no mercado, provocando alta nas bolsas.

O governo também está elaborando um programa de controle dos gastos públicos capaz de gerar economia de US\$ 10 bilhões. Previsto para começar ainda neste semestre, o programa prevê o combate à corrupção nas compras do setor público, a transferência a estados e municípios de despesas bancadas indevidamente pela União mesmo depois da reforma tributária, e a racionalização dos gastos. Projeto de lei nesse sentido está sendo elaborado pela Secretaria de Administração Federal.